



ACÓRDÃO Nº796/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1442/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Secretaria de Estado de Cultura - SEC
- 5- **Exercício:** 2014
- 6- **Responsável:** Robério dos Santos Pereira Braga (Ordenador de Despesa), Secretaria de Estado de Cultura - Sec e Marlene Oliva Veloso (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2046/2017-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado de Cultura - SEC. Exercício de 2014.

Regularidade com ressalvas. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em divergência com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do Sr. Robério dos Santos Pereira Braga, Secretário de Estado de Cultura, e da Sra. Marlene Oliva Veloso, Ordenadora de Despesas**, nos termos do art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/1996, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.2. Recomendar à Secretaria de Estado de Cultura - Sec:

- 10.2.1. que realize planejamento prévio acerca de despesas certas a se concretizarem ao longo do exercício financeiro, tais como o apoio a festivais culturais, evitando, assim, contratempos, como por exemplo, uma contratação direta, por falta de organização;
- 10.2.2. que seja criada uma comissão de avaliação composta por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação, em conformidade com o que preceitua o art. 8º, parágrafos 2º e 3º, da Lei Federal n.º 9.637/1998, para que esta analise os resultados atingidos com a execução dos referidos contratos de gestão;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 796/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.2.3. que os ajustes que tenham como característica marcante o fato de todos os envolvidos estarem em busca de um determinado objetivo comum, não existindo entre os partícipes interesses contrapostos, como há no contrato (obrigações recíprocas), sejam celebrados mediante convênios;
- 10.2.4. que sejam observados e cumpridos os prazos legais e regimentais, assim como maior controle sobre seu patrimônio, a fim de evitar a reincidência que poderá ensejar na irregularidade de Prestações de Contas futuras, nos termos do art. 22, §1º, da Lei nº 2423/1996.

11- Ata: 26ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 2 de Agosto de 2017

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral